

sobre as dinâmicas socioterritoriais em seu local de moradia, com foco nos mercados de segurança. Na segunda seção, descrevo e analiso as formas pelas quais a milícia regula a infraestrutura urbana e o mercado de serviços do local, atentando para a sobreposição entre a configuração socioespacial inaugurada pelo PMCMV (o condomínio, seus equipamentos e a formalização de taxas) e os arranjos de controle social das milícias - sobreposição essa que se apresenta como extremamente lucrativa para esses grupos. A ideia é observar a “sociabilidade da infraestrutura” (Amin, 2014), ou seja decompor as relações sociais que fazem emergir as possibilidades de acesso e uso de materialidades e serviços básicos para a vida. As relações entre agentes entendidos como dentro e fora da legalidade estarão em questão nessa seção. Na terceira e última seção, me volto para a dimensão econômica da vida dos moradores do condomínio, atentando para como as regulações da milícia afetam formas de cálculo, possibilidades de lucro, a circulação de produtos, dentre outras variáveis referentes ao comércio e aos comerciantes existentes no território estudado. O objetivo geral do texto é compreender as relações entre as formas de regulação das milícias e os arranjos socioespaciais do PMCMV, enquanto política urbana de produção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda, e seus impactos sobre a vida cotidiana das populações alvo dessa política.

Medo de viver com medo: segurança, território e conflitos

Nos últimos anos, a atuação das milícias em áreas de favelas e periferias tem suscitado curiosidade e interesse de pesquisadores que se dedicam a pensar, tanto questões relativas ao urbanismo, quanto temas pertinentes aos estudos sobre crime e violência. A expansão do controle territorial das milícias intensificou o debate sobre a problemática no espaço público. O crescimento da influência política dos grupos paramilitares, que tornou-se evidente em eleições recentes, tem sido alvo de críticas de movimentos sociais e de outros grupos da sociedade civil, bem como tema de reportagens de jornais brasileiros reconhecidos. Relações entre membros de parlamentos locais e determinados grupos de milicianos, atuantes especialmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, são cada vez mais denunciadas pelas redes sociais e em atos públicos que ocorrem nas ruas da cidade. Muitas são as perguntas que circulam na esfera pública sobre as milícias. Quando surgiram? Como atuam? Estão inseridas diretamente nas instituições?

De acordo com Benmergui e Gonçalves (2019), a gênese das milícias

filho “confundido” com um menino do tráfico, ou melhor com as inúmeras imagens que se sobrepõem a respeito do traficante, guia os conselhos dados a ele pela mãe. É também no “medo de viver com medo” que se funda o poder da milícia no Cruzeiro. Como afirma Araújo Silva (2017a):

O cerne da questão, a meu ver, é duplo: por um lado, há uma concentração de recursos de força nas mãos dos milicianos, pois eles são ligados ao aparato de segurança pública e controlam inúmeros recursos econômicos, como os serviços de gás e vans; por outro, eles justificam essa concentração de poder pela ideologia do medo. [...] O exercício de seu poder está fundado em uma obediência negativa, isto é no medo de viver com medo, que os moradores expressam com frequência (p. 276).

É sabido, publicamente, que duas coisas são proibidas no Cruzeiro, como em outras áreas de milícia: roubar e fumar maconha. Certa vez, na semana em que me mudei para o condomínio, recebi em minha casa Vicente, amigo e interlocutor de pesquisa, que mora em área de milícia próxima dali. Vicente veio conhecer meu apartamento e fazer reparos no banheiro. Antes de subir, ele deixou sua bicicleta apoiada no muro da lixeira do lote onde morei. No apartamento, conversamos sobre muitas coisas, contei a ele como estava sendo a experiência de morar no Cruzeiro, e ele me atualizou sobre os últimos acontecimentos da favela onde mora. No fim da tarde, desci com Vicente para acompanhá-lo até o portão, quando nos deparamos com o fato de que sua bicicleta não se encontrava mais encostada no muro onde ele a havia deixado. Ele ficou muito nervoso, pois a bicicleta pertencia à sua sobrinha, que o “mataria” se ele chegasse em casa sem ela. Sem saber muito bem como proceder, comecei a circular pelo condomínio procurando a bicicleta e perguntando para as pessoas para saber se alguém a teria visto. Busquei a síndica do lote onde morei para que ela acionasse as câmeras do local. Em determinado momento, quando todos já estavam cansados de procurar a bicicleta, ela me disse “eu já liguei até pros milicianos aqui. Se alguém pegou, vai pro valão. Sinto muito, alguém vai ter que ir pra vala”. Senti-me muito nervosa. Alguns minutos depois, descobrimos que um dos funcionários do lote havia pegado a bicicleta, pois imaginara que o dono não mais a queria por estar na lixeira. Respirei aliviada. Situação resolvida, ninguém mais precisaria “ir pra vala”.

Dediquei algumas linhas à descrição dessa cena etnográfica, pois ela demonstra como as agressões da milícia são vistas como atos corretivos (Araújo Silva, 2017b). Mata-se quem rouba, para que não se roube mais.

favelas, por meio da construção de prédios residenciais e de uso misto. Além das taxas sobre operações imobiliárias em favelas mencionadas pelos autores, a grilagem de terras, as construções irregulares e a venda e locação de imóveis são algumas das práticas operadas pelas milícias em periferias urbanas.

Assim como o crescimento das favelas se mostra extremamente lucrativo para as milícias, que operam diretamente os mercados imobiliários locais, a construção de unidades habitacionais de empreendimentos do PMCMV também abre variadas possibilidades para o aumento da extração de lucro por esses grupos. Ao se apropriarem da infraestrutura de habitação de interesse social construída pelo programa federal, as milícias, em parceria com pequenos empreendedores, impulsionam mercados imobiliários locais. Fica evidente, como ressalta Ranganathan (2014: 91), a cumplicidade das máfias com os processos mercadológicos da política econômica neoliberal, como ilustra a participação das milícias brasileiras e das máfias indianas na mercantilização da terra, da moradia, de recursos naturais, como a água, e, não se pode esquecer, na privatização da segurança.

O exercício do poder da milícia é relacional. Chama atenção no condomínio a circularidade das relações travadas entre a milícia, os síndicos/administração e a prefeitura (representantes da municipalidade). Como mencionado, cada lote do condomínio possui um síndico, enquanto que em alguns lotes a administração é realizada por uma pequena empresa. De acordo com o regimento interno do condomínio (que segue os padrões do PMCMV), o síndico deve ser escolhido por eleições. Sempre quis saber como os atuais síndicos dos lotes chegaram a essa posição nas relações de poder internas. Toda vez que perguntava aos moradores sobre eleições era comum que dissessem que nunca votaram para escolher os síndicos. Clara, moradora já mencionada, me contou uma vez em sua casa como era o lugar antes dos atuais síndicos. “A prefeitura no início cuidava das coisas aqui, tinha porteiro, zelador. Depois colocaram esses síndicos que tão aí até hoje. Aí começou a ficar tudo na nossa mão”, disse ela. Outros moradores também lembram dos serviços oferecidos pela prefeitura para manutenção da vida no condomínio. Certa noite, conversei com Lúcia, moradora do Cruzeiro, sobre os síndicos. Reproduzo abaixo diálogo que tivemos:

- Teve eleição pra escolher o síndico do seu lote? - lhe perguntei.
- Não, ele tá aí há muito tempo - ela respondeu.
- Não foram os moradores que escolheram, então? Achei que fosse.



- Não. Colocaram eles aí - ela disse.
- E eles cuidam de tudo dos lotes, né? A prefeitura oferece algum serviço?
- É. Antes tinha porteiro na guarita, foi só chegar os milicianos que acabou.

A indicação dos síndicos e a chegada da milícia ao território são associadas com o fim de alguns serviços públicos no local, especialmente no que diz respeito à segurança. As relações estabelecidas entre os síndicos e a milícia local influenciam diretamente na relação do poder público com o condomínio. Os conflitos regionais entre grupos de milicianos têm impacto nas dinâmicas de governança do local. A política do espaço se constrói em diversas camadas de interação e conflito entre determinados atores sociais e, em última instância, conforma a vida cotidiana dos moradores. As relações entre síndico e milícia aparecem como tema em muitas conversas cotidianas. Marcos, jovem morador já citado, trabalha para uma empresa multinacional de segurança privada, que atua em condomínios de elite na cidade do Rio de Janeiro. Ele trabalha como segurança em condomínios de classes médias e altas. Reproduzo abaixo diálogo que tivemos:

- Cara, hoje em dia segurança é a coisa mais vendida do mundo. Até pros pobres, se a gente for pensar a milícia - eu disse.
- É verdade, mas depende, né. Quando o grupo do Y (nome de um grupo de milicianos) veio tomar aqui e expulsou os outros caras, X e Z (nomes de síndicos) tiveram que sair daqui, morar em outro lugar.
- Sério? Por que? - perguntei.
- Porque X e Z fechavam com o grupo antigo.
- E depois voltaram, porque o outro grupo retomou, né?
- É. Eles negociaram um dinheiro alto, pagaram uma propina alta pro batalhão da área e voltaram. Aí X e Z voltaram pra cá - ele respondeu.

As relações entre síndicos, administrador e milicianos são bastante estreitas e centrais para a gestão do espaço. Rumores relacionados à milícia que circulam pelas ruas apontam que “eles tiram fácil aqui por mês mais de R\$40 mil”. O espaço da piscina e da cantina do condomínio é controlado pelos milicianos. A taxa mensal de uso da piscina é de R\$25,00 por família. Segundo rumores, a milícia arrecada parte das taxas de condomínio pagas pelos moradores aos síndicos e à administração. Além de arrecadar parte do dinheiro que circula no comércio local, por intermédio das taxas

de segurança, a milícia também construiu seu próprio bar, onde são realizadas festas e shows, que atraem públicos de outras comunidades do entorno. O bar da milícia foi construído no lugar mais visível do condomínio, podendo ser avistado desde a estrada principal do bairro. Em comparação com as barracas dos moradores, sua estrutura possui muito mais qualidade e pompa. Moradores me contaram que em um dos lotes há uma forte pressão do síndico para que as famílias contratem os serviços de TV a cabo e internet oferecidos pela milícia. Soube disso pela primeira vez quando uma interlocutora me contou que “teve reunião no lote, agora não pode mais ter NET” (Empresa prestadora de serviço de TV a cabo e internet.). Na interação com os mercados, a milícia se revela extremamente monopolista.

Já escutei muitos moradores dizerem que o “verdadeiro dono” do condomínio é um funcionário da prefeitura que lida com a questão da habitação há alguns anos. Quando questionei a veracidade da informação em conversa com um dos moradores, acionando o fato de que eu nunca o havia visto circular pelo local, obtive a seguinte resposta: “é precisa? Os principais donos de favela controlam tudo de dentro da prisão, não precisa tá aqui pra isso, ele tem seus contatos”. Assim como as máfias indianas, as milícias não prescindem da mobilização de redes, artefatos e conhecimentos produzidos em relação com agentes estatais. Em meados de março, o condomínio viveu um período de duas semanas de escassez de água. A falta de água transformou a rotina das famílias. Muitas mães saíam às ruas para lavar roupa nas calçadas, enquanto seus filhos e maridos subiam com latas d’água na cabeça para abastecer as casas. Escutei muitas reclamações na calçada e presenciei algumas mudanças de moradores que alugavam apartamentos, por não aguentarem mais a escassez de água. Cobrava-se soluções dos síndicos e do administrador. Enquanto isso, no grupo de WhatsApp do condomínio, os síndicos publicavam fotos, vídeos e informes por escrito sobre as inúmeras reuniões que faziam com a Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação, além de registros sobre a vinda do Superintendente da região ao local para vistoriar as obras realizadas para instalação de novas bombas de água.

Quando perguntei aos moradores sobre essas reuniões, eles me contaram que os encontros entre síndicos e funcionários da prefeitura são intermediados pelos “caras”, que “têm seus contatos no governo”. “Os caras” atuam como peça fundamental na facilitação da chegada de serviços básicos ao local, como visto no caso da falta de água. Há mais de um ano o condomínio vem enfrentando períodos de escassez de água.

o exercício de seu poder. “The actions of the milícias represent a new dimension of the activities of parastate groups, whose central feature is precisely the exploitation of urban resources” (Benmergui e Gonçalves, 2019: 383).

O controle do espaço, operado por meio de regulações políticas e econômicas, reconfigura as práticas, os planejamentos e as expectativas de “melhoria de vida” de meus interlocutores. Passo, por ora, a discorrer sobre o caso de Arlinda, moradora e vendedora ambulante na rua principal do condomínio.

A milícia, o comercio local e os comerciantes

Nascida na Paraíba (Nordeste do país), Arlinda veio para o Rio de Janeiro ainda criança, junto à sua família, que buscava “oportunidades de uma vida melhor” no Sudeste. Anos depois, já mãe de três filhos e chefe de família, Arlinda morou em uma favela carioca durante 20 anos até ser deslocada e reassentada no condomínio estudado. Durante toda sua vida, raros foram os períodos em que Arlinda encontrou empregos de carteira assinada. Arlinda sempre sustentou seus filhos por meio de vendas realizadas em mercados locais (dentro e fora da comunidade onde morou). As vendas de quentinhas de almoço, café, bolo e cerveja constituíram durante longos anos sua principal fonte de renda. Muitos pobres urbanos diversificam suas fontes de renda para controlar o risco, mas ainda assim é difícil obter alguma previsibilidade econômica (Villarreal, 2014), o que exige uma reflexão cotidiana acerca de estratégias para “fazer dinheiro”.

Após o reassentamento, sem emprego e desprovida das condições materiais anteriores que lhe permitiam vender comida e cerveja na favela, Arlinda passou a buscar outra fonte de renda para arcar com as novas despesas decorrentes da formalização de taxas e contas produzida pela política habitacional. “Aqui é muita conta, eu não tinha mais dinheiro pra pagar ajudantes na cozinha, nem tinha espaço pra vender outras coisas, cerveja, bebidas”. Decidiu então colocar uma barraca de doces, balas, biscoitos e cigarros (dentre outros produtos) na calçada da rua principal do Cruzeiro, onde “tem muita criança e criança come muito doce”.

Como todo comerciante do condomínio, minha interlocutora também paga a taxa semanal de segurança para a milícia. Toda sexta-feira eles passam para arrecadá-la. Logo quando da inauguração do condomínio, síndicos e milicianos organizaram uma lista dos moradores que instalariam barracas de vendas na praça principal a ser encaminhada para a prefeitura.



Os moradores interessados deveriam ter capital suficiente para comprar a estrutura de tapumes e pintar a barraca de acordo com os padrões exigidos pela prefeitura. “Por falta de dinheiro e contatos, alguns ficaram de fora”, Arlinda me contou, revelando que seu sonho era ter uma barraca de churrasquinho na praça principal do condomínio. Tendo um lugar na praça ou não, todos os comerciantes, tanto os que se apropriam das calçadas para trabalhar, quanto os que se utilizam das janelas e varandas de seus apartamentos para vender produtos, estão sujeitos às taxas semanais.

Reproduzirei abaixo alguns diálogos que travei com Arlinda. Certa vez, ela me contou como foi que garantiu seu “ponto” na calçada. Conversávamos sobre a crise e o desemprego no país:

- São muitos desempregados. Emprego tá escasso - comentei.
- Graças a Deus eu tô há quatro anos vendendo minhas balas.
- Ah é? Desde que você veio morar aqui, então - afirmei.
- É, assim que eu vim já comecei aqui. Tava sem emprego. E o síndico no início ainda tentou arrumar confusão comigo, implicando. Disse que eu ia ter que sair daqui, porque não podia vender na calçada. E eu disse, vai ser o que Deus quiser, e não o que você quiser. Que seja da vontade de Deus. Fui falar com os caras, antes dele mesmo ir falar com eles. Disse assim, ‘boa tarde senhor’, com toda minha humildade, ‘tenho três filhos, tenho que trabalhar pra sustentar eles e pra me sustentar. Tô ali vendendo minhas balas, mas eles querem me tirar dali’. Na mesma hora ele disse ‘te tirar, tia? Fica tranquila que ninguém vai te tirar daqui. Fica em paz tia, pode trabalhar’.
- Que bom que deu certo! Senão hoje você nao teria esse sustento - lhe disse.
- Eu vou parar de vender minhas balas? Isso aqui foi da vontade de Deus. Fui logo buscar ajuda deles!

Percebi em campo que, muitas vezes, ações da milícia são compreendidas como “ajuda”. Conseguir o “ponto” na calçada contra a vontade do síndico apenas foi possível com a ajuda da milícia. Arlinda me contou que em algumas ocasiões “os caras” oferecem cestas básicas às famílias que mais precisam. Certa vez, Arlinda me pediu ajuda para fazer uma vaquinha online para arrecadar dinheiro para comprar um carrinho onde pudesse vender churrasquinho, hambúrguer e cachorro-quentes. Arlinda costumava reafirmar que precisa de algum instrumento de trabalho que dê uma renda “mais grossa” do que a venda de balas, pois não tem mais conseguido “dar conta de tanta coisa pra pagar”. Conciliar a

necessidade de compra de mercadorias para o trabalho com a reserva do dinheiro da casa para compras no mercado, contas, taxas e gastos com os filhos é a maior dificuldade cotidiana enfrentada por ela. Muitas vezes via as mesas onde as mercadorias são expostas um tanto vazias, assim como em outras ocasiões encontrava Arlinda com poucas sacolas voltando do supermercado e dizendo que “só tá dando pra comprar de pingadinho, uma coisa de cada vez aos poucos”. A aquisição do carrinho para a venda de comida possibilitaria “fazer um dinheiro mais grosso”.

Além das preocupações em relação à arrecadação do dinheiro, Arlinda sempre comentava comigo sobre as negociações que precisaria fazer com “os caras” para poder vender em algum local na frente do condomínio. A primeira razão para a escolha desse local é que “eles não permitem fazer fumaça aqui na calçada perto da casa dos outros”. Em segundo lugar, o “ponto” em frente ao condomínio parecia interessante, pois lá “daria pra pegar gente de dentro e de fora que tá só esperando no ponto de ônibus”. Preocupada em perder o “ponto”, após rumores de que uma vizinha que “tem contatos” também teve a ideia de vender churrasquinho na frente do condomínio, Arlinda decidiu antecipar as negociações. Certo dia, a vi conversar com um dos “caras” que passou em frente à sua barraca sobre o assunto. Apesar de meu esforço, não pude escutar nada da conversa, já que sua voz estava baixa e discreta. Nesse dia, Arlinda voltou feliz dizendo que ele iria falar com os outros para “ajudá-la”.

Ela reclama diariamente das contas e taxas que paga no Cruzeiro. Presenciava cálculos diários feitos por ela com o objetivo de realizar previsões sobre suas possibilidades de pagar as contas e ao mesmo tempo comprar mercadorias. Percebi que Arlinda costumava separar as quantias em dinheiro referentes a seus diferentes gastos: o dinheiro do fornecedor do refrigerante, dos doces e balas, da taxa de condomínio, do supermercado, dos “caras”, do cigarro etc. Ela separa primeiro o dinheiro das taxas “para não confundir com o que sobra pro mercado”. Somente após alguns meses de pesquisa entendi que a venda de cigarros para os comerciantes do condomínio é também monopólio da milícia. Arlinda me contou, certa vez, que um de seus vizinhos “levou uma coça” (ato de agressão), porque anunciou que vendia cigarros no grupo de WhatsApp do condomínio. De início, não compreendi muito bem o motivo da “coça” até que ela me explicou que “aqui só quem vende cigarro são eles”. Toda semana a milícia passa nos comerciantes que compram cigarros para pegar o dinheiro referente a essa mercadoria. Quando percebe, logo no início da semana, a partir de seus cálculos, que não terá condições de comprar os



maços de cigarro para revender, Arlinda decide não pegar a mercadoria, para não correr o risco de ficar devendo. Certa noite, ela me contou que aproveitou a vinda de um menino que queria trocar dinheiro para trocar as moedas resultantes das vendas de balas por notas.

— Deu R\$60,00. Já dei logo na mão do meu filho pra ele pagar o condomínio. Nem botei aqui pra não gastar – ela apontou para a caixinha azul onde guarda o dinheiro das vendas do dia.

— Nossa, você sempre paga o condomínio em dia. Eu tô com dois atrasados - comentei.

— Aqui eu tenho que pagar em dia, não posso dar mole aqui, minha filha. Tenho que andar na linha, porque eu vendo aqui. Senão eles me tiram, aí eu tô ferrada - se referindo à possível ação da milícia.

O medo de “perder o ponto” estimula minha interlocutora a tentar pagar tudo em dia. Manter todas as taxas e contas em dia, porém, nem sempre é possível. Outro dia, um pouco nervosa, ela me disse:

— Eles vieram aí sábado cobrar, mas eu falei ‘não tenho dinheiro’, vendi R\$20,00, como vou dar R\$50,00?

— Aí ele foi embora? - perguntei.

— Foi. Disse que ia voltar segunda. Ainda falei assim ‘se quiser me matar, me mata, aí não vai ter dinheiro pra te dar mesmo’.

— Arlinda! Que corajosa! - exclamei.

— Eu falei a verdade, minha filha, tive dificuldade com o dinheiro dessa semana.

Normalmente, minha interlocutora separa logo no início da semana o dinheiro dos caras. Há semanas, no entanto, que precisa priorizar a compra de comida e coisas para casa, ou de mercadoria para a barraca. Não ter dinheiro guardado para “investir” a longo prazo e “fazer estoque” é uma condição de sua vida econômica que faz com que, tanto em casa, como no trabalho, as coisas sejam compradas aos poucos, “de pingadinho”. Apesar das contas serem pagas uma vez ao mês, a milícia e as possibilidades de repor mercadoria fazem com que ela pense na gestão do dinheiro a partir da semana como unidade de tempo. A cada semana, minha interlocutora refaz seus cálculos para decidir o quanto de mercadoria será comprada.

A regulação da milícia produz o espaço econômico do condomínio. Além de organizarem o comércio, suas taxas e monopólios condicionam formas de cálculo, planejamentos, orçamentos e expectativas de futuro. Apesar de caracterizadas, em muitos casos, como “ajudas”, as ações dos

milicianos também intensificam a incerteza constitutiva da vida cotidiana dos pobres urbanos. O medo de “perder o ponto” por não conseguir pagar mercadorias e taxas de segurança configura os cálculos semanais de meus interlocutores. As estratégias pensadas para “fazer dinheiro”, os preços e a circulação de produtos, como os cigarros, assim como as possibilidades de se comercializar em determinado lugar, resultam, em alguma medida, da regulação paramilitar do comércio local. O caso de Arlinda ajuda a dimensionar como uma vida se torna possível ao emergir da interface das microrregulações cotidianas com os mercados locais.

Considerações Finais

Os processos de formalização da moradia promovidos em cidades brasileiras com a implementação do PMCMV produziram transformações políticas, territoriais e econômicas na vida cotidiana dos habitantes de periferias urbanas. No Rio de Janeiro, a investigação etnográfica de tais intervenções governamentais auxilia na compreensão da complexidade das relações sociais e microrregulações cotidianas que coproduzem a ordem urbana em favelas e periferias. Esse texto demonstra como tais intervenções geram efeitos em consonância com a economia política do neoliberalismo, que avança em escala global e, é claro, de forma diferenciada em cidades do Sul Global. Atentar para as formas de regulação de grupos armados, como as milícias atuantes no Rio de Janeiro, contribui para a compreensão dos modos de funcionamento do próprio Estado e das dinâmicas urbanas. Os conflitos urbanos quando analisados nos detalhes de seu curso cotidiano revelam as interseções entre as políticas urbanas, o crime organizado e diferentes mercados. De forma afinada com os ritmos ditados pelo avanço dos mecanismos de reprodução do capitalismo neoliberal, os mercados de segurança se expandem de forma altamente regulada por grupos políticos que exercem sua dominação em relação a redes, artefatos, conhecimentos e agentes estatais.

A infraestrutura urbana torna-se cada vez mais um objeto interessante para a reflexão sobre as relações entre as políticas urbanas e a espacialização das microrregulações paramilitares. Pensar a questão da habitação no Sul Global tensiona os debates sobre infraestrutura, já que não é dado que as iniciativas de produção de habitação social sejam acompanhadas de investimentos em infraestrutura urbana. Ao contrário, o PMCMV, tal como se materializou no Rio de Janeiro, demonstrou que na maior parte

dos casos se constrói casa onde não há cidade, ou seja muitos condomínios populares construídos nas periferias urbanas não contam com equipamentos urbanos disponíveis nos entornos, como escolas, hospitais, transporte etc. Em muitos casos, a ausência de investimento público em infraestrutura abre uma gama de possibilidades para novas formas de provisão de recursos urbanos, em muitos contextos, acompanhadas de um processo de intensificação da incerteza e da vulnerabilidade já inerentes à vida cotidiana dos pobres urbanos. No entanto, a análise das condições políticas e econômicas de provisão de infraestrutura urbana não pode pensar o Estado a partir da chave da ausência - na medida em que a falta de investimentos públicos tem um caráter ativo -, devendo chamar atenção para a presença de agentes estatais e artefatos característicos de sua performance na interface com outros grupos políticos, como as máfias em outros locais ou as milícias brasileiras, em território urbano. Como afirma Ranganathan: “the critical literatures on housing and municipal service provision in the Global South have powerfully shown the complicity of the state and informal sovereigns in reproducing informality in highly uneven and internally differentiated ways” (Ranganathan, 2014: 95).

Heterogênea, multifacetada e atravessada por complexas interações entre agentes considerados como estando “dentro e fora da lei”, a cidade, produto e produtora da fase neoliberal do capitalismo, é composta por percursos e relações que transbordam as antigas dicotomias canônicas entre a legalidade e a ilegalidade, o formal e o informal. Cidade que se produz nos deslocamentos, nas fissuras e dobras de um modo de produção globalizado, cujas transformações exigem o cultivo de novos parâmetros de análise que ultrapassem as antigas clivagens abaladas pela contemporaneidade (Telles, 2010; Telles, 2015).

Bibliografia

Alves, J. (2020). Chama a milícia: o Estado e a violência em tempos de coronavírus. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Reflexões na pandemia, 1-7.

Alves, J. (2008). Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. Em: *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro* (33-36). Fundação Heinrich Boll.

Alves, R. e Petti, D. (2017). Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico. *Revista Ensaios*, 11, 50-66.

Alvito, M. e Zaluar, A. (1998). *Um século de favela*. Editora FGV.

Amin, A. (2014). Lively infrastructure. *Theory, Culture and Society*, 3 (7/8), 137-161.

Amore, C., Shimbo, L. e Rufino, M. (2015). *Minha Casa e a Cidade?: avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Letra Capital.

Appel, H., Anand, N. e Gupta, A. (2018). Introduction: Temporality, Politics and the Promise of Infrastructure. Em: *The Promise of Infrastructure*. Duke University Press.

Araújo Silva, M. (2017a). *Obras, casas e contas: uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro*. [Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ].

Araújo Silva, M. (2017b). Houses, tranquility and progress in an área de milícia. *Vibrant*, 14(3), 132-148.

Benmergui, L. e Gonçalves, R. (2019). Urbanismo Miliciano in Rio de Janeiro. *NACLA Report on the Americas*, 51(4), 379-385.

Caldeira, T. (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos*, 47, 155-176.

Cano, I. e Duarte, T. (2012). *No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Fundação Heinrich Böll.

Cano, I. e Ioot, C. (2008). “Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro”. Em: *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro* (48-83). Fundação Heinrich Boll.

Cardoso, A. (2013). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Letra Capital.

Cardoso, A. e Jaenisch, S. (2014). Nova Política, velhos desafios. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, 5(18), 7-19.

Cavalcanti, M. (2013). À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(2), 191-228.



Conceição, W. (2016). *Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro*. [Tese de doutorado.. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais- UERJ].

Desai, R., Graham, S. e Mcfarlane, C. (2015). The politics of open defecation: informality, body and infrastructure in Mumbai. *Antipode*, 47(1), 98-120.

Foucault, M. (1991). Governmentality. Em: G. Burchell, C. Gordon, and P. Miller (Orgs.), *The Foucault effect: Studies in governmentality with two lectures and an interview with Michel Foucault*. The University of Chicago Press.

GENI, Observatório das Metrópoles (2021). *A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados*. Fundação Henrique Böll.

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. Editora Unesp.

Hirata, D. e Grillo, C. (2019). *Sumário Executivo: Operações Policiais no Rio de Janeiro*. Fundação Heinrich Böll Brasil.

Leite, M. (2014). Entre a guerra e a paz: unidades de polícia pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas*, 7(4), 625-642.

Mcfarlane, C. e Lancione, M. (2016). Infrastructural becoming: sanitation, cosmopolitics, and the (un)making of urban lives at the margins. Em: A. Blok e I. Farías, (Orgs.), *Urban cosmopolitics: agencements, assemblies, atmospheres* (45-62). Routledge.

Magalhães, A. e Petti, D. (2018). “Nossa casa está condenada”: o recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia da UFSCar*, 10(1), 257-274.

Menezes, P. (2015). *Entre o “Fogo Cruzado” e o “Campo Minado”: Uma Etnografia do Processo de “Pacificação” de Favelas Cariocas*. [Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ].

Misse, M. (2011). Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, 19(40), 13-25.

Oliveira, B. (2018). *Não tem essa de separação, aqui é tudo Complexo do Alemão: uma etnografia dos espaços urbanos em um conjunto residencial no Rio de Janeiro*. [Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ].

Petti, D. (2020). *“Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida”: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*. [Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia- UFRJ].

Petti, D. (2016). *“Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim”: uma etnografia sobre a “luta” contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro*. [Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV)].

Ranganathan, M. (2014). “Mafias” in the Waterscape: Urban Informality and Everyday Public Authority in Bangalore. *Water Alternatives*, 7(1), 89-105.

Sharma, A. e Gupta, A. (2006). “Introduction”. Em: *The anthropology of the state: A reader*. Blackwell.

Telles, V. (2015) Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. Em: P. Birman, S. Carneiro, M. Leite e C. Machado (Orgs.), *Dispositivos urbanos é tramas dos viventes: ordens e resistências*. FGV Editora.

Telles, V. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Argvmentvm editora.

Valladares, L. (1980). *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Zahar.

Villarreal, M. (2014). Regimes of value in Mexican Household Financial Practices. *Current Anthropology*, 55(9), 30-39.

Zaluar, A. e Conceição, I. (2007). Favela sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?. *São Paulo em Perspectiva*, 21 (2).